

PORTUGUÊS

TEXTO 1 - QUESTÕES 01 a 04

/01 Às vezes penso que fiz no meu apartamento o que
/02 gostaria de fazer no meu cérebro. Renunciei a tudo o
/03 que atravanca. São dois salões imensos, tão vazios
/04 que parecem preparados para um baile, que nunca
/05 sai. Dois compridos sofás brancos contra paredes
/06 brancas, em ângulo, chão de parquê nu e cortinas
/07 beges nos janelões, minha única concessão à cor.
/08 Ou à Lívia. E só. Quando os jantares do grupo são,
/09 eram, no meu apartamento, eu colocava a grande
/10 mesa no centro do salão maior. No resto do ano a
/11 grande mesa fica desmontada e as cadeiras empilha-
/12 das na área de serviço e eu como na mesa da cozi-
/13 nha. Lucídio examinou tudo com seu meio sorriso e
/14 ficou em silêncio. O único comentário adequado aos
/15 meus grandes salões vazios.

VERISSIMO, Luis Fernando. O Clube dos Anjos. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1998, p. 21-22.

1) O texto acima é um fragmento do livro **O Clube dos Anjos**, de Luis Fernando Veríssimo. Trata-se de uma passagem em que predominam:

- A) Estruturas simples, verbos estáticos e seqüências de localização;
- B) Enunciados analíticos e explicativos;
- C) Verbos que indicam mudança e seqüências temporais;
- D) Verbos no imperativo e enunciados que incitam à ação;
- E) Apenas verbos reflexivos e seqüências de fatos.

2) Da leitura do enunciado “Às vezes penso que fiz no meu apartamento o que gostaria de fazer no meu cérebro” (linhas 1-2), depreende-se que o narrador:

- A) Precisa proceder a uma limpeza em seu apartamento;
- B) Tem a mente cheia de idéias que o perturbam;
- C) Vive preocupado com a decoração de seu apartamento;
- D) Tem necessidade de renunciar a todos os objetos que o atrapalham;
- E) As preocupações do dia-a-dia afligem a sua mente de maneira que efetivamente aplica as mudanças necessárias para uma melhor saúde física e mental.

3) Quanto às noções de sintaxe, é **FALSO** afirmar que:

- A) O verbo é intransitivo em “eu como na mesa da cozinha” (linhas 12-13);
- B) A presença da preposição “a” (linha 2) justifica-se pela regência do verbo “renunciar”;
- C) O período “Às vezes penso que fiz no meu apartamento o que gostaria de fazer no meu cérebro” (linhas 1-2) é composto por subordinação;
- D) Há desvio de concordância em “Dois compridos

sofás brancos contra paredes brancas, em ângulo, chão de parquê nu e cortinas beges nos janelões, minha única concessão à cor” (linhas 5-7);
E) Nenhuma das alternativas.

4) No que diz respeito aos fatos gramaticais da língua, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) “que nunca sai” (linha 4-5) significa “que jamais se torna realidade”;
- B) “o” e “que” em “o que gostaria de fazer” (linha 1-2) pertencem à classe dos pronomes;
- C) O uso do sinal indicativo de crase é opcional em “Renunciei a tudo o que atravanca” (linha 2-3);
- D) “meio”, em “Lucídio examinou tudo com seu meio sorriso” (linha 13), significa “moderado, pouco intenso”;
- E) Todas estão incorretas.

5) Observe a seguinte sentença: “**O beijo, amigo, é a véspera do escarro**”. Este é um verso do poema Versos Íntimos, de Augusto dos Anjos. Sobre o excerto, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A função da palavra amigo, neste verso, é de adjetivar a palavra beijo;
- B) Amigo é apenas um vocativo, pois o eu-lírico se dirige ao leitor chamando-o de amigo;
- C) A função da palavra amigo é constituir uma imagem serena que será quebrada com a palavra escarro, pois o beijo amigo sucede o escarro;
- D) O escarro é a véspera do beijo amigo, ou ao contrário. Não importa quem é a véspera do outro. O sentido não muda;
- E) O sentido não muda se tirarmos as vírgulas da frase.

**LEIA ATENTAMENTE O TRECHO DA CANÇÃO
“Como nossos pais”, de Belquior.**

“Não quero lhe falar
Meu grande amor
Das coisas que aprendi
Nos discos...”

6) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O eu-lírico não pretende contar sobre seu grande amor;
- B) O eu-lírico não quer contar ao seu amor sobre coisas que aprendeu nos discos;
- C) O eu-lírico não quer que ouçam os discos, pois eles trazem informações que foram censuradas pela ditadura militar;
- D) Se trocarmos as duas primeiras linhas de posição entre si, alteraremos o sentido do texto;
- E) “Meu grande amor” é um objeto direto.

7) Retomando o verso de Augusto dos Anjos, citado na questão 5 e o trecho de “Como nossos pais”, na questão 6, analise as seguintes assertivas e assinale

a alternativa **CORRETA**:

I. Em ambos os excertos, temos um mesmo caso que pode causar interpretação errônea pelo mesmo motivo, diferindo-se apenas pela pontuação entre os excertos.

II. O sentido está além da pontuação, nestes dois casos. A falta de vírgulas no trecho de “Como nossos pais” não atrapalha na interpretação.

III. Se formos colocar as vírgulas no trecho de “Como nossos pais”, teríamos o seguinte resultado: Não, quero lhe falar, meu grande amor, das coisas que aprendi nos discos...”.

- A) Apenas I está correta;
- B) Apenas II está correta;
- C) Apenas III está correta;
- D) Apenas I e III estão corretas;
- E) Apenas I e II estão corretas.

LEIA O SEGUINTE EXCERTO DA MÚSICA “Como eu quero”, de Leoní e Paula Toller, E RESPONDA ÀS QUESTÕES 8 a 10.

Diz prá eu ficar muda
Faz cara de mistério
Tira essa bermuda
Que eu quero você sério....

Tramas do sucesso
Mundo particular
Solos de guitarra
Não vão me conquistar...

Uh! Eu quero você
Como eu quero!
Uh! Eu quero você
Como eu quero!...

O que você precisa
É de um retoque total
Vou transformar o seu rascunho
Em arte final...

Agora não tem jeito
Cê tá numa cilada
Cada um por si
Você por mim e mais nada...

8) O excerto da música apresenta algumas palavras que não estão de acordo com a ortografia da norma culta. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) As palavras foram escritas assim propositalmente, pois elas já são aceitas pela ortografia como norma culta ortográfica, já que estão dicionarizadas;
- B) As palavras foram grafadas desta maneira por uma questão de estilo, tido como comum na linguagem formal, pois é assim que se vê na escrita pela internet;
- C) As palavras foram grafadas desta forma para compor o eu-lírico, que não é estudado e não sabe escrever direito;

D) As palavras foram grafadas desta maneira para representar a fala, pois se trata de uma forma comum na fala, e não na escrita;

E) O autor escreveu a letra com algumas palavras erradas, e, se elas forem escritas corretamente, o sentido se alterará.

9) Quanto ao verbo no segundo verso da primeira estrofe, considerando sua face semântica, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O verbo está empregado no indicativo;
- B) O verbo está empregado no subjuntivo;
- C) O verbo está empregado no imperativo;
- D) O verbo está empregado no infinitivo;
- E) O verbo está empregado de maneira que ficou sem sentido.

10) Segundo o excerto citado, a mulher apresenta duas faces do homem que ela ama. Uma corresponde ao que ele é, e outra ao que ele não é, ou seja, uma real, e uma de possibilidades. Partindo desta afirmação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) As palavras bermuda, arte final e rascunho pertencem à mesma face;
- B) A face cujo verso “faz cara de mistério” pertence à face real;
- C) Arte final está relacionada à face real;
- D) A face de possibilidades é representada pelas palavras arte final, bermuda e cara de mistério;
- E) “Solos de guitarra” está ligado à face real.

CONHECIMENTOS GERAIS

11) Na Paraíba, o Movimento das Ligas Camponesas, surgem na região do Várzea do Paraíba, fora das usinas de cana-de-açúcar, onde os conflitos pelo direito ao trabalho na terra, já era uma realidade. Foi no município de Sapé, que foi fundada a primeira Liga Camponesa do Estado da Paraíba. Em que ano isso aconteceu?

- A) No ano de 1958;
- B) No ano de 1959;
- C) No ano de 1960;
- D) No ano de 1968;
- E) No ano de 1970.

12) Sobre esse movimento camponês surgido no Nordeste do Brasil é **INCORRETO** afirmar que:

- I. Foi criada pelo PC do B, com o amparo do Código Civil.
- II. Foram vítimas das atrocidades dos latifundiários que mataram dezenas de trabalhadores do campo.
- III. O movimento foi suplantado pelo Golpe de 64, com todas as formas de organização dos trabalhadores do campo e da cidade no País.
- IV. Conseguiu implementar a Reforma Agrária nas suas área de atuação.

V. Teve total apoio do Governo Militar na sua consolidação.

Estão **CORRETAS** as alternativas:

- A) I e IV;
- B) I, II e III;
- C) I, II e IV;
- D) II, III e V;
- E) I, III e IV.

13) Com base no que se tem sobre a história do município de Sapé pode-se afirmar que:

- I. Os índios Tabajaras foram os primeiros povos a habitarem a localidade onde hoje se encontra o município.
- II. O português Manoel Antônio Fernandes fundou o núcleo do município, juntamente com os senhores Urbano Guedes Gondim e Simplicio Alves Coelho.
- III. A origem do nome está relacionada às casas de Sapê que eram abundantes no lugar.
- IV. Foi sobre a presidência de João Suassuna, que em 1925 foi criado o município de Sapé.
- V. O município foi desmembrado de São Miguel de Taipu em 1911.

Estão **CORRETAS** as alternativas:

- A) I, II e IV;
- B) II e III;
- C) II e IV;
- D) III e V;
- E) I e IV.

14) Em 1964, Eduardo Coutinho inicia as filmagens de *Cabra marcado para morrer*, que conta a história do movimento de um dos líderes do movimento da Liga Camponesa na Paraíba. De quem o filme fala:

- A) José Pedro Teixeira;
- B) Jacó Paulo Teixeira;
- C) Nego Fubá;
- D) João Pedro Teixeira;
- E) Pedro Paulo Teixeira.

15)



**Poluição atmosférica:
Principal causa do aquecimento global**

Todos os dias acompanhamos na televisão, nos jornais e revistas as catástrofes climáticas e as mudanças que estão ocorrendo, rapidamente, no clima mundial. Nunca se viu mudanças tão rápidas e com efeitos devastadores como tem ocorrido nos últimos anos.

Sobre o aquecimento global é **CORRETO** afirmar que:

- I. Com o aumento da temperatura no mundo, está em curso o derretimento das calotas polares.
- II. O aumento da temperatura faz com que ocorra maior evaporação das águas dos oceanos, potencializando as catástrofes climáticas.
- III. Em 2009, aconteceu a 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima foi realizada entre os dias 7 e 18 de dezembro, na cidade de Dinamarca.
- IV. O aumento da temperatura provoca a morte de várias espécies animais e vegetais, desequilibrando vários ecossistemas.
- V. Regiões de temperaturas amenas não tem sofrido com as ondas de calor.

Estão **CORRETAS** as alternativas:

- A) I, II e IV;
- B) I, III e IV;
- C) II, III e V;
- D) II, III e IV;
- E) I, II e V.

16) Na madrugada da segunda-feira, dia 01 de junho de 2009, o mundo ficou pasmo com a queda do avião Air France que saiu do Brasil no voo 447. Qual o destino do voo.

- A) África do Sul;
- B) Portugal;
- C) França;
- D) Itália;
- E) Espanha.

17) Qualquer afirmação peremptória neste momento sobre a natureza da crise financeira (e já econômica) mundial deverá ser corrigida num futuro imediato. Um dos únicos pontos já estabelecidos sobre a crise, e com algum consenso, é que as condições gerais (o quadro maior, de cunho global) onde se desenrola a crise são de natureza totalmente diversa dos casos anteriores. Nesse sentido pode-se afirmar sobre a atual crise mundial que:

- I. Que ela começou no processo produtivo, em meio a indústria americana.
- II. Eclodiu a partir dos pressupostos clássicos do superconsumo.
- III. Insere-se na economia real, através da economia de crédito.
- IV. Trata-se, como resultado, do enxugamento compulsivo do mercado pelos bancos.
- V. Grandes bancos não tiveram problemas com a cre-

dibilidade junto aos seus clientes.

Estão **CORRETAS** as alternativas:

- A) II e IV;
- B) I e III;
- C) II e V;
- D) I e V;
- E) III e IV.

18)



A imagem acima é de uma catástrofe natural ocorrida em setembro de 2009, no Estado de Santa Catarina, pondo abaixo a crença de que o Brasil está imune as catástrofes naturais. Sobre que tipo de acontecimento estamos falando:

- A) Ciclone extratropical;
- B) Tufão;
- C) Tornado;
- D) Furacão;
- E) Terremoto.

19) As fortes chuvas que atingem o país desde novembro do ano passado, principalmente as regiões Sul e Sudeste, registram índices pluviométricos bastante acima da média. Dos 31 dias do mês de dezembro de 2009, 15 foram de chuvas para os paulistanos. Isso ocorre em virtude:

- A) Do El Niño;
- B) Do Aquecimento global;
- C) Da La Niña;
- D) Da Poluição atmosférica;
- E) Do Bucostelo.

20) Em meio ao fogo cruzado de denúncias de movimentação de dinheiro ilegal pelos partidos políticos, e dos escândalos envolvendo os políticos brasileiros, no ano de 2008, a CNBB e outros organismos da sociedade civil desenvolveram uma campanha nacional contra esse políticos. Como se chamou a campanha realizada.

- A) Brasil Limpo;
- B) Contra Corrupção;
- C) Tolerância Zero;
- D) Ficha Limpa;
- E) Cara Pintada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) Se um serviço público objeto de concessão for, individualmente, negado ou retardado pelo concessionário, o usuário:

- A) Somente tem direito de processar o Poder concedente, fiador que é da regularidade do serviço delegado;
- B) Tem direito de obter em ação judicial o serviço ou a sua regularidade;
- C) Não tem direito de obter em ação judicial o serviço ou exigir a sua regularidade, devendo aguardar que o poder concedente tome as providências cabíveis;
- D) Deve fazer representação ao poder concedente, porque somente este tem legitimidade para cobrar a prestação do serviço ou a sua regularidade;
- E) Deve representar ao Ministério Público para que este defenda os seus interesses particulares em juízo.

22) Conforme a teoria dos motivos determinantes, é **CORRETO** afirmar:

- A) Os motivos que determinam a vontade do agente, isto é, os fatos que serviram de suporte à sua decisão, não integram a validade do ato administrativo;
- B) Quando forem falsos ou inexistentes os motivos que determinaram o seu cometimento, só são inválidos os atos administrativos se a explicitação dos motivos for obrigatória;
- C) Os atos discricionários nunca ficam vinculados aos motivos determinantes do seu cometimento;
- D) Havendo desconformidade entre os motivos determinantes e a realidade, os atos discricionários, por serem praticados à discricção da autoridade, não são inválidos;
- E) Os atos administrativos, quando tiverem sua prática motivada, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos.

23) Em relação ao controle que o Poder Público exerce sobre o comportamento de quem executa serviços concedidos ou permitidos, é **INCORRETO** afirmar:

- A) O poder concedente ou permitente não pode examinar livros, registros, documentos e assentamentos referentes ao serviço concedido ou permitido porque estes são de exclusivo interesse do concessionário ou permissionário;
- B) O poder concedente ou permitente pode impor novas medidas ou tomar providências para que sejam observados os encargos da execução e fiscalizada a lisura da atuação do concessionário ou permissionário;
- C) O poder concedente ou permitente deve verificar se o prestador está atendendo de modo satisfatório e desejado as obrigações assumidas;
- D) O controle pode chegar à declaração de cassação ou ao resgate, se os interesses coletivos indicarem uma ou outra dessas medidas;
- E) O controle sempre está presente, mesmo que não

expresso em lei ou regulamento.

24) Em matéria de Poder Constituinte, é **CORRETO** afirmar:

- A) Originário decorrente refere-se à possibilidade que os Estados e Municípios têm de se auto-organizarem por meio de suas constituições e leis orgânicas, mesmo sem limites da Constituição em razão da autonomia, e só está presente nas constituições semi-rígidas;
- B) Derivado decorrente consiste na possibilidade da União de se auto-organizar por meio da Constituição Federal, observando preponderantemente as regras constitucionais limitativas, estando presente nas constituições rígidas e flexíveis;
- C) Originário tem como características, dentre outras, ser inicial, por ser a base da ordem jurídica e condicionado, porque seu exercício deve seguir as regras previamente estabelecidas no texto da Constituição, que deverá ser flexível;
- D) Derivado reformador consiste na possibilidade de alterar o texto constitucional, respeitando-se a regulamentação especial prevista na própria Constituição Federal, e só está presente nas constituições rígidas;
- E) Derivado tem como características, dentre outras, ser secundário porque retira sua força do poder originário e autônomo uma vez que não precisa respeitar os limites postos pelo direito positivo antecessor, estando presente nas constituições flexíveis.

25) No que diz respeito à denominada interpretação conforme a Constituição, o Supremo Tribunal Federal tem o entendimento de que essa técnica:

- A) É inaplicável na hipótese de excluir da norma impugnada determinada interpretação incompatível com a Constituição, porque não se pode reduzir o alcance valorativo da norma impugnada;
- B) Não é cabível para declarar a inconstitucionalidade parcial do texto impugnado, no que se denomina interpretação conforme, com redução de texto, ainda que esta seja compatível com a Constituição;
- C) É utilizável, não só quando a norma impugnada admite, dentre as interpretações cabíveis, uma que a compatibilize com a Constituição, como também quando o sentido da norma é unívoco;
- D) Será também cabível quando contrariar texto expresso da lei, que não permita qualquer interpretação em conformidade com a Constituição, visto que o Judiciário pode atuar como legislador;
- E) Só é utilizável quando a norma impugnada admite, dentre as várias interpretações possíveis, uma que a compatibilize com a Carta Magna, mas não quando o sentido da norma constitucional é unívoco.

26) Dentre as atribuições do Congresso Nacional, é também de sua competência exclusiva:

- A) Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

- B) Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- C) Eleger os membros do Conselho da República quanto à escolha de seis cidadãos brasileiros natos.
- D) Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios;
- E) Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

27) É **CORRETO** que a ação direta de inconstitucionalidade:

- A) É também cabível para declarar normas constitucionais originárias como inconstitucionais, visto que o sistema constitucional brasileiro adota a teoria alemã nas normas constitucionais com vício de inconstitucionalidade;
- B) Não engloba possibilidade da incidência do controle abstrato de constitucionalidade em relação às medidas provisórias e a atos revestidos de conteúdo normativo, a exemplo da resolução administrativa dos Tribunais;
- C) Não tem cabimento para analisar a constitucionalidade, ou não, de uma emenda constitucional, tendo em vista que, nesse caso, o legislador exerceu a prerrogativa do poder constituinte derivado;
- D) É também cabível quando o objeto tratar de atos estatais de efeitos concretos, estando assim exposta à jurisdição constitucional abstrata do Supremo Tribunal Federal;
- E) Não é instrumento juridicamente idôneo ao exame da constitucionalidade de atos normativos do Poder Público que tenham sido editados em momento anterior ao da vigência da constituição atual.

28) Os decretos legislativos e as resoluções têm, respectivamente, as seguintes características:

- A) Atos legislativos internos, expedidos pelo Congresso Nacional, com efeitos externos; e atos de natureza administrativa internos, expedidos pelos três Poderes, com efeitos internos;
- B) Normas comuns, de caráter geral, formuladas pelos Poderes Legislativos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de efeitos internos e externos; e atos legislativos internos, expedidos pelo Congresso Nacional com efeitos externos;
- C) Atos internos de natureza administrativa, expedidos pelos três Poderes, com efeitos internos; e atos legislativos internos, expedidos pelo Congresso Nacional com efeitos externos;
- D) Normas comuns, de caráter geral, formuladas pelos Poderes Legislativos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de efeitos internos e externos; e atos expedidos pelos chefes dos três Poderes, com efeitos individuais ou gerais;
- E) Atos expedidos pelos chefes dos três Poderes, com efeitos individuais ou gerais; e normas comuns, de caráter geral, formuladas pelos Poderes Legislativos

da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

29) Acerca do litisconsórcio, da assistência e da intervenção de terceiros, assinale a opção **CORRETA**:

A) O chamamento ao processo é um meio processual de assegurar o exercício do direito de regresso, que se caracteriza pela dedução de pretensão contra quem assumiu solidariamente uma obrigação de garantia ou de direitos derivados de um mesmo fato. Se a pretensão deduzida na ação for julgada procedente, aquele que promoveu o chamamento e o chamado, em litisconsórcio passivo, serão condenados ao cumprimento da obrigação em favor do autor, que poderá executar qualquer um deles;

B) Havendo litisconsórcio unitário, o juiz deve julgar, necessariamente, de maneira uniforme em relação a todos os litisconsortes situados no mesmo pólo da demanda. Nesse tipo de litisconsórcio, ocorre a extensivo dos efeitos dos benefícios da prática de um ato processual aos demais litisconsortes. Assim, eventual recurso interposto por um dos litisconsortes aproveita a todos os demais;

C) Denúnciação da lide tem justificativa no princípio da economia processual, porquanto encerra, em um mesmo processo, duas ações. Por isso, aceita a denúncia da lide feita pelo réu, o juiz deverá julgar as duas ações cumuladas em um só ato judicial, condenando solidariamente o denunciado e o denunciante a compor os prejuízos reclamados pelo autor;

D) Assistente simples atua em nome próprio, mas na defesa de interesse alheio, exerce os mesmos poderes dos litigantes, podendo opor-se aos atos de disposição do assistido. Esse tem interesse e legitimidade para recorrer da sentença que foi desfavorável ao assistido, ainda que este não o faça;

E) N.D.R.

30) Acerca da antecipação dos efeitos da tutela, assinale a opção **CORRETA**:

A) Agravo de instrumento interposto da decisão que concedeu a antecipação de tutela perde o objeto quando sobrevém sentença de mérito que julga procedente a pretensão do autor e confirma a antecipação da tutela;

B) Recurso de agravo contra a decisão que defere a antecipação de tutela é cabível, ainda que na sentença, por se tratar de resolução de incidente processual, portanto, decisão interlocutória;

C) Antecipação da tutela deve ser concedida quando o juiz se convencer da verossimilhança das alegações da parte, bem como do perigo da demora, a fim de impedir o perecimento do direito, ou para assegurar ao titular a possibilidade de exercê-lo no futuro;

D) A antecipação dos efeitos da tutela recursal se destina apenas a conceder efeito suspensivo ao recurso interposto. Para o seu deferimento, exige-se a constatação de risco de dano irreparável ou a demonstração de plano da probabilidade de êxito da pretensão do recorrente. Essa medida será concedida pelo juiz a

quo, a requerimento da parte, quando o recurso for recebido tão-somente no efeito devolutivo;

E) N.D.R.

31) Os efeitos da liminar concedida, em sede de mandado de segurança, têm efeitos:

A) Até a prolação da sentença;

B) Até o trânsito em julgado da sentença;

C) Salvo se revogada ou cassada, persistirão até a prolação da sentença;

D) Salvo se revogada ou cassada, persistirão até a prolação do acórdão.

E) N.D.R.

32) A respeito da posse e da propriedade, assinale a opção **CORRETA**:

A) A posse que gera a usucapião extraordinária, ordinária ou especial é aquela exercida por alguém com ânimo de proprietário e sobre coisa certa, não podendo ser reclamada sobre coisa incerta, salvo quando se tratar de composses de coisa indivisa;

B) Gera a usucapião a posse ininterrupta e sem oposição, com ânimo de dono, por cinco anos ininterruptos, de área de terra em zona rural não superior a cinqüenta hectares, utilizada como moradia pelo possuidor, que a torne produtiva pelo seu trabalho e dela tire a sua subsistência de sua família, não sendo o possuidor proprietário de qualquer outro imóvel;

C) A tolerância da administração pública quanto à ocupação dos bens públicos de uso comum ou especial por particulares faz nascer para estes direito assegurável pelos interditos possessórios e direito à indenização pelas benfeitorias úteis e necessárias, o que lhes assegura a prerrogativa de retenção;

D) O convalidamento da posse adquirida de forma violenta, clandestina ou precária é permitido pela cessação da violência ou da clandestinidade e pelo decurso de ano e dia;

E) N.D.R.

33) Acerca da responsabilidade civil, assinale a opção **CORRETA**:

A) Com fundamento na teoria do risco da atividade, as instituições financeiras respondem objetivamente por todos os danos causados a seus usuários ou aos transeuntes, em decorrência de assaltos em terminais ou caixas eletrônicos instalados em via pública, por serem estes considerados como extensão do estabelecimento bancário;

B) Se um juiz de direito, ao proferir uma sentença penal condenatória que posteriormente foi cassada por ser considerada nula a prova existente nos autos, prestar informações desabonadoras à imprensa ou à polícia a respeito do réu, usando expressões ofensivas à honra do mesmo, o ofendido poderá propor ação de indenização contra o juiz, que deverá responder diretamente pelos danos causados ao réu;

C) A responsabilidade civil por ato de terceiro permite

estender a obrigação de reparar o dano a pessoa diversa daquela que praticou a conduta danosa, desde que exista uma relação jurídica entre o causador do dano e o responsável pela indenização. Nessa hipótese, a responsabilidade é objetiva;

D) A legítima defesa putativa é causa excludente da responsabilidade civil pelo prejuízo causado, em razão de o ofensor acreditar encontrar-se diante de uma injusta agressão. Nesse caso, por não constituir ato ilícito, apesar de causar dano aos direitos de outrem, não acarreta o dever de indenizar;

E) N.D.R.

34) Quanto aos negócios jurídicos, assinale a opção **CORRETA**:

A) Em caso de simulação absoluta, as partes convenionam um negócio jurídico aparente com o qual não desejam produzir qualquer efeito com esse ato. Esse negócio jurídico é nulo e o efeito da declaração de nulidade é *ex tunc*, fulminando o ato em sua origem e extirpando todos os seus efeitos, ressaltando-se os direitos de terceiros de boa-fé em face desses contratantes;

B) O detentor de um direito eventual, na pendência da condição suspensiva ou resolutiva, não poderá praticar qualquer ato destinado à conservação do negócio ou à sua execução. Tal proibição decorre do caráter de eventualidade atribuído ao negócio, cuja aquisição ou manutenção esteja subordinada ao implemento de condição, que, sobrevindo, opera a extinção do direito a que a ela se opõe;

C) Caso o negócio jurídico seja realizado por representante legal ou convencional e se restar provado o dolo na conduta de qualquer dos proponentes ou, ainda, que o dolo foi a causa da realização da avença, o negócio é passível de anulação e impõe-se ao representante e ao representante a obrigação solidária de indenizar o contratante de boa-fé por perdas e danos;

D) A declaração judicial da anulação de um negócio jurídico celebrado por uma pessoa relativamente incapaz aproveita exclusivamente a quem tiver provocado a anulação, ainda que nesse negócio haja pluralidade de sujeitos ou no caso de solidariedade entre as partes. Por força do princípio da conservação, preserva-se o negócio jurídico viciado quanto aos demais interessados;

E) N.D.R.

35) Acerca do imposto de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, assinale a opção **INCORRETA**:

A) Não incide sobre os honorários de advogado contratado pelo inventariante;

B) Não é exigível antes da homologação do cálculo do valor devido;

C) É legítima sua incidência no inventário por morte presumida;

D) É vedada a atualização de seu valor por índice de correção estadual;

E) Deve ser calculado sobre o valor dos bens na data da avaliação.

36) Com relação às limitações do poder de tributar, assinale a opção **CORRETA**:

A) A aquisição de mercadorias no mercado interno por pessoa jurídica que possui imunidade tributária deve se sujeitar à tributação pelo ICMS ainda que os bens adquiridos passem a integrar o patrimônio da adquirente;

B) Imunidade tributária recíproca prevista na CF não se estende às empresas públicas, ainda que atuem em regime de monopólio, pois tal benesse não é extensível ao setor privado;

C) Lei complementar estadual que isente os membros do MP do pagamento de custas judiciais, notariais, cartorárias e quaisquer taxas ou emolumentos fere princípio da igualdade de tratamento aos contribuintes.

D) A decisão judicial que declara indevida a cobrança do imposto de determinado exercício faz coisa julgada em relação aos posteriores, em respeito ao princípio da separação dos poderes e da autoridade da coisa julgada;

E) Segundo entendimento jurisprudencial dominante no STF, a revogação de isenção tributária tem sido equiparada à instituição ou majoração de tributo, só podendo surtir efeitos no exercício seguinte.

37) Acerca da repartição das receitas tributárias, assinale a opção **CORRETA**:

A) Pertence aos municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

B) Pertencem aos estados 50% do produto da arrecadação dos e impostos que a União instituir com base no exercício de sua competência residual que lhe é atribuída pela CF;

C) A União entregará do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza 22,5% ao fundo de participação dos Estados e do Distrito Federal;

D) O repasse da quota constitucionalmente devida aos municípios a título de ICMS pode sujeitar-se à condição prevista em programa de benefício fiscal de âmbito estadual;

E) Pertencem aos municípios 50% do produto da arrecadação do ICMS do estado.

38) Tem legitimidade para propor ação civil pública, tanto a principal como a cautelar:

A) O Ministério Público e a Defensoria Pública;

B) O Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista e as associações que, concomitantemente esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos

termos da lei civil e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

C) O Ministério público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e as associações que, concomitantemente esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;

D) O Ministério público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista e as associações que, concomitantemente esteja constituída há pelo menos 06 (meses) nos termos da lei civil;

E) O Ministério público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

39) Nos termos da Lei nº 7.347/85 (ação civil pública) a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, poderá o Presidente do Tribunal a que competir o conhecimento do respectivo recurso suspender a execução da liminar, em decisão fundamentada, da qual caberá:

A) Agravo retido;

B) Agravo no prazo de 10 dias para o pleno;

C) Apelação no prazo de 15 dias;

D) Recurso especial;

E) Agravo no prazo de 05 dias para uma das turmas julgadoras.

40) Nos termos da Lei 9.605/98, são penas restritivas de direito:

A) Prestação de serviços à comunidade e a interdição temporária de direitos;

B) Prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária;

C) Prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos e recolhimento domiciliar;

D) Prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos, suspensão parcial ou total de atividades, prestação pecuniária e recolhimento domiciliar;

E) Prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos e suspensão parcial ou total de atividades.